

BOAVENTURA MONJANE

Licenciado em jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique e ativista social. E-mail: boa.monjane@gmail.com.

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

RESUMO

Este trabalho discute em volta das estratégias estatais e corporativas de agrupamento das populações do campo em Moçambique (período colonial e pós-colonial) que ficaram conhecidas como aldeamentos coloniais, aldeias comunais e zonas de reassentamento. A análise enquadra-se dentro dos debates sobre espaços políticos, controle social, governo indireto e reassentamentos. Conclui-se que tanto o regime colonial quanto o Estado pós-colonial implementou (e implementa) a estratégia de agrupamento da população (rural) pensada para ela mas sem ela. Mais recentemente atores não-estatais tem também jogado um papel ativo nessa lógica de agrupar para controlar.

Palabras-clave: Aldeamentos. Aldeias comunais. Controle social. Espaços políticos.

TO REGROUP TO CONTROL? A CRITICAL ANALYSIS OF THE STATE POLICIES FOR THE COERCIVE ORGANIZATION OF THE RURAL POPULATIONS IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT

This article discusses state and corporate strategies to group rural populations in Mozambique (throughout the colonial and post-colonial period), which became known as *aldeamentos coloniais* (colonial villagization), *aldeias comunais* (communal villages) and *zonas de reassentamento* (resettlement areas). The analysis is part of the debates about political spaces, social control, indirect governance and re-settlements. It concludes that both the colonial regime and the post-colonial State implemented (and still implements) a grouping strategy developed for the (rural) population but without their input. More recently, non-state actors have also played an active role in this logic of grouping to control.

Keywords: Villagization. Communal villages. Social control. Political spheres.

REGROUPER POUR CONTRÔLER? UNE ANALYSE CRITIQUE DES POLITIQUES D'ÉTAT DE L'ORGANISATION COERCITIVE DES POPULATIONS RURALES AU MOZAMBIQUE

RESUMÉ

Ce travail est une discussion sur les stratégies de l'Etat et des entreprises concernant les groupes de populations rurales au Mozambique (période coloniale et post-coloniale) connues sous le nom de villages coloniaux, villages communaux et zones de réinstallation. L'analyse porte sur les débats concernant les espaces politiques, le contrôle social, le gouvernement indirect et les réinstallations. La conclusion est que le régime colonial et l'Etat post-colonial ont mis en œuvre une stratégie de groupement de la population (rurale), pensée pour elle, mais sans elle. Plus récemment, des acteurs non gouvernementaux ont également joué un rôle actif dans cette logique qui consiste à grouper pour mieux contrôler.

Mots-clés: Villages. Villages communaux. Contrôle social. Espaces politiques.

INTRODUÇÃO

A estratégia do controle estatal e subordinação das comunidades rurais e camponesas em Moçambique data da era colonial, tendo continuado, tomando diferentes formas, durante o período da “revolução” pós-colonial e se estende, tal como se argumenta neste ensaio, até os dias atuais. Tal como foi o caso em Angola e na Guiné, a política dos aldeamentos implementada pelo regime colonial português em Moçambique foi igualmente adoptada pelos Estados Unidos no Vietname em forma de aldeias estratégicas (COELHO, 1993 *apud* GALLO, 2015).

Em 1975, quando Moçambique ficou independente, muitas das comunidades rurais viviam em aldeamentos coloniais, estabelecidos entre 1968 e 1974 num esforço de controle das populações rurais e evitar contacto entre estas e as forças guerrilheiras de libertação nacional (COELHO, 1998). Com a independência nacional, o Governo da então República Popular de Moçambique implementou também a política da colectivização, numa tentativa de *socializar o campo*¹, alterando a distribuição territorial da população rural e criando povoamentos concentrados. Assim surgiram as aldeias comunais, implementadas com o objectivo de colectivizar a produção agrícola, mas também para reduzir o risco de contacto entre as populações rurais e as forças guerrilheiras da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) (COELHO, 1998).

Nos tempos atuais, os campos de reassentamento massivo resultantes da necessidade de acomodar populações afastadas de suas terras “tradicionais” para dar lugar a actividades económicas e/ou de exploração de recursos constituem outra forma, moderna, de agrupamento populacional com a qual se podem estabelecer similaridades tanto com os aldeamentos coloniais quanto com as aldeias comunais.

Este trabalho analisa criticamente as transformações e as dinâmicas rurais em Moçambique, decorridas da permanente deslocação e reorganização social e territorial forçadas de populações do campo por atores estatais (período colonial e pós-colonial) e mais recentemente também por atores corporativos. O argumento central deste ensaio é de que, embora as motivações e as especificidades dos agrupamentos populacionais forçados tenham tido variações e formatos distintos em função do período, contexto e dos atores que a implementaram (e implementam), seu objectivo central é o de exercer controle social² e político sobre esses colectivos através de técnicas e métodos que garantam a subordinação dos sujeitos colectivos, prevenindo desta forma o surto de ações colectivas (ou individuais) de insurgência e que coloquem em causa o exercício de poder estabelecido e a manutenção do *status quo* (social, político e económico). Isto acontece em contextos em que o estado (colonial e pós-colonial) foi – e continua a

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

1. A socialização do meio rural se deu a partir da criação das aldeias comunais e da criação de formas coletivas de produção, como as cooperativas.

2. O sentido clássico de “controle social” na sociologia referia-se (ou ainda se refere) à capacidade de um grupo social se autorregular. O termo foi porém sendo redefinido para significar também repressão social (JANOWITZ, 1975). Nenhum dos dois sentidos vá de acordo, completamente, com os termos do uso que pretendo atribuir neste ensaio.

ser – sistematicamente “contra o campesinato” em Moçambique (BOWEN, 2000).

Depois de uma breve discussão sobre preceitos teóricos que sustentam esta análise, levanto na primeira parte do ensaio uma discussão em volta dos aldeamentos coloniais, suas principais características e dinâmicas, revendo a material publicado sobre o tema. Procuo compreender os vínculos e as relação de similaridade entre os aldeamentos coloniais e as aldeias comunais, implementadas logo após a independência pelo Governo revolucionário da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Na segunda parte analiso as mais recentes formas de reassentamento das populações rurais em Moçambique, tomando como exemplo o campo de reassentamento de *Cateme*, na província central de Tete, buscando explorar as semelhanças dessa forma de organização e reagrupamento populacional com as duas anteriores (aldeamentos coloniais e aldeias comunais) e concluo demonstrando a herança colonial e o que se seguiu logo após a independência como tendo sido determinante na forma como hoje as populações rurais são coercivamente organizadas nos campos de reassentamento.

CONTROLE SOCIAL, REASSENTAMENTOS E GOVERNO INDIRETO: PRECEITOS CONCEITUAIS PARA COMPREENDER O REAGRUPAMENTO PARA CONTROLAR

Por detrás de todas [as] controvérsias esconde-se uma mesma e única questão fundamental: porque é que o domínio de classe não se mantém aquilo que é, a saber, a sujeição de uma parte da população por outra? Porque é que ele assume a forma de um domínio estatal oficial ou, o que vem a dar no mesmo, porque é que o aparelho de coação estatal não se constitui como aparelho privado da classe dominante, porque é que ele se separa desta última e assume a forma de um aparelho de poder público impessoal, destacado da sociedade? (PACHUKANIS, 1988)

Três preceitos teóricos serão necessários para auxiliar a análise que faço neste trabalho: o conceito de controle estatal da sociedade (SCOTT, 1998) – para compreendermos como o Estado exerce controle sobre as populações (sociedade) e como tal autoritarismo falha; a teoria do reassentamento (forçado ou involuntário) – para compreendermos a lógica por detrás da dinâmica dos assentamentos populacionais; e o conceito de governo indireto³ – que nos ajuda a compreender a questão de “poderosos actores não-estatais adquirem desta forma controlo sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações [...]” (SANTOS, 2007, p. 15).

CONTROLE SOCIAL

Nos debates em volta do conceito de controle social é comum sugerir-se a necessidade de estabelecer a diferenciação a ideia de controle

3. Segundo Santos (2007, p. 15) “[...] o governo indireto foi uma forma de política colonial europeia largamente praticada nas antigas colónias britânicas, onde as estruturas tradicionais de poder local, ou pelo menos uma parte delas, foram incorporadas na administração colonial estatal”.

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

coercivo, este último entendido como sendo a organização social de uma sociedade que se baseia predominantemente e essencialmente no uso da força. No nascimento da sociologia como disciplina científica, a ideia do controle social foi um conceito central para analisar a organização social e o desenvolvimento da sociedade industrial (JANOWITZ, 1975, p. 1). Não é, obviamente, intenção deste artigo levantar este debate (controle social vs. controle coercivo), contudo é relevante mencionar que o uso que atribuo ao termo controle social, para nossos propósitos, tem a ver com o exercício de poder estatal ou corporativo sobre grupos de indivíduos premeditadamente aglomerados (em aldeamentos, bairros populares ou reassentamentos) sobre os quais recaem as decisões governamentais ou institucionais que estabelecem normas, modo de produção, estilo de vida ou organização social, portanto, mais próximo sentido de controle coercivo.

No livro *Seeing like a state*, James Scott (1998, pp. 1-2) fez uma análise em volta das ações dos Estados no controle territorial e domínio das populações, fazendo parecer que o Estado é sempre inimigo do povo: “*I set out to understand why the state has always seemed to be the enemy of 'people who move around to put it crudely'*”. A acepção que aqui dou ao conceito de controle social vai de encontro com aquilo que Scott chamou de habilidade de “desenhar e operar” a sociedade, ou seja, “[...] *a state's attempt to make a society legible, to arrange the population in ways that simplified the classic state functions of taxation, conscription, and the prevention of rebellion*”. Scott (1998) demonstra porquê as próprias contradições e configurações do poder estatal poderão levar as tentativas de controle coercivo ao fracasso.

REASSENTAMENTOS E JUSTIÇA SOCIAL

Os debates dominantes sobre a teoria do reassentamento decorrem na sua maioria no contexto da situação de refugiados, sendo as acepções do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) as que mais ecoam. Apesar do objecto desta análise não serem os refugiados, a lógica da ACNUR pode ter muito a ver como a forma como os reassentamentos populacionais em debate neste texto são hoje idealizados.

Um estudo elaborado sobre o processo e as perspectivas para reassentamento de pessoas deslocadas na fronteira entre Tailândia e Myanmar do *Asian Research Center for Migration* (HARKINS; DIREKWUT; KAMONPETCH, 2011) afirma que o reassentamento deveria ser geralmente a última solução no espectro das soluções duráveis – quando a repartição ou integração local não forem factíveis – embora reconheça que, no contexto da situação de refugiados prova ser uma escolha optimal para grupos específicos de refugiados. Contudo, o estudo revela que “[...] *in the end, not everyone wants to go, and that the internal algorithm that combines all of the different factors involved for each individual and leads to a decision to apply or not is difficult to standardize*” (HARKINS; DIREKWUT; KAMONPETCH, 2011, p. 42). Nesta sentença, os agrupamentos populacionais obrigadas a se instalarem nos aldeamentos coloniais, nas aldeias comunais e nos campos de reassentamento, embora não sejam refugiados no sentido ACNUR do termo, pode se concluir que fora do seu território habitual,

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

sofrem negativamente efeitos desse fenómeno, principalmente os idosos e as crianças.

É verdade que foi radicalmente diferente no caso dos aldeamentos coloniais, mas tanto na política das aldeias comunais como nos reassentamentos populacionais dos últimos tempos a questão da justiça social para os “reassentados” aparece a justificar a legitimidade da ação. Tudo foi e é em nome da melhoria de vida das populações: produtividade, bem estar e melhoria de vida. Embora tenha sido no caso da Índia, Mudha Bala (2008) explorou a teoria de justiça social de John Rawls (2005) e a sua conexão com as circunstâncias do reassentamento involuntário, para descobrir até que ponto os conceitos expostos por Rawls “na sua teoria de justiça, tais como direitos, igualdade, participação e justiça distributiva são relevantes para uma das questões vitais como o reassentamento involuntário” (BALA, 2008, p. 2). Bala (2008) conclui que a teoria de Rawls de justiça distributiva que envolve apenas a alocação de recursos, juntamente com as opções de subsistência e o direito ao trabalho torna-o extremamente relevante e significativo no discurso sobre o reassentamento.

The right to livelihood and right to work of the involuntary resettled persons have been overlooked in most of the cases. Therefore, in today's globalized world where rights based approach has crept into all fields of life, John Rawls' theory of justice strongly holds its base. In addition within the market economy, deliverance of social justice to involuntary resettled persons is equally possible when policies for them are based on the principles propounded by Rawls (RAWLS, 2005, p. 9).

Esta conclusão tem (ou teria) sua validade em situações onde se possa de facto falar de justiça social distributiva, o que não parece ser o caso dos assentamentos populações em Moçambique, especialmente o caso de *Cateme*, na província de Tete.

GOVERNO INDIRETO: COMO CORPORAÇÕES PARTICIPAM NA GESTÃO DOS ASSENTADOS

Como referido anteriormente, as ultimas formas de reassentamentos populacionais em Moçambique têm contado com a participação de agentes não-estatais, com destaque para corporações.

Boaventura de Sousa Santos analisou como, num contexto em que ressuscitam formas de governo colonial – ou neocolonial – agentes corporativos planificam e gerem eles próprios. A forma de governo indireto

[...] emerge em muitas situações quando o Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados. Poderosos actores não-estatais adquirem desta forma controlo sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações, quer seja o controlo dos cuidados de saúde, da terra, da água potável, das sementes, das florestas ou da qualidade ambiental. (SANTOS, 2007, p. 15).

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

Posteriormente demonstrarei a forma como a empresa Vale de Rio Doce – e outras corporações – exercem o governo indireto em Tete.

DOS ALDEAMENTOS COLONIAIS ÀS ALDEIAS COMUNAIS

Os aldeamentos coloniais constituíram um ato de agrupamento populacional, estabelecido pelo regime colonial português entre 1968 e 1974 nas zonas rurais de várias províncias moçambicanas. Eles consistiram

[...] numa tentativa de procurar corrigir a dispersão das populações [o que fez com que] as autoridades [coloniais] iniciassem uma extensa campanha de promoção socioeconómica e de Acção Psicológica, assente numa filosofia preventiva, procurando reunir as populações em aldeamentos que viabilizassem o progresso social e, em simultâneo, evitassem o contacto com a subversão, para que não fossem "contaminadas. Além do mais, o reordenamento deixava livre o espaço entre aldeamentos para operações militares de segurança, correctivas e punitivas (GARCIA, 2001, p. 130).

As aldeias comunais foram uma estratégia de socialização do campo através do povoamento concentrado das populações rurais, alterando assim a distribuição territorial da população⁴. Esta estratégia foi adoptada pelo governo da FRELIMO, como “[...] uma política económica, social e cultural [...] [alterando as formas antigas de gestão do espaço] para uma nova que produzisse à formação do homem novo, numa sociedade nova, [...], produtora do homem comunista” (MATOS; MADEIROS, 2015, p. 43).

João Paulo Borges Coelho foi quiçá o académico que mais tratou da questão no período pós-colonial, estabelecendo paralelismo entre os aldeamentos e as aldeias comunais, instaladas como uma política partidária (mas entendida como estatal) pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) – provavelmente pelo facto de Moçambique ser, nesse período, um Estado monopartidário – nos anos que seguiram a independência nacional.

Há consenso entre diferentes investigadores na ideia de que implementação da política das aldeias comunais foi precisamente inspirada nos aldeamentos coloniais (COELHO, 1998; GARCIA, 2011; LOURENÇO, 2010, etc.). Não foram poucas as aldeias comunais que foram praticamente uma conversão dos aldeamentos coloniais. Em Mandlakazi (Gaza), como demonstra Vitor Lourenço (2010, p. 178), os aldeamentos portugueses ao longo da estrada principal para Panda foram rebatizados e, com poucas modificações organizacionais, reconvertidos em aldeias comunais.

No *State resettlement policies in post-colonial rural Mozambique: the impact of the communal village programme on Tete province, 1977–1982* Borges Coelho (1998) comprova essa afirmação na medida em que seu trabalho rastreou

4. No terceiro ano da independência (1978) já existiam 857 aldeias comunais e Moçambique, albergando 12% da população rural. Perto de 70% das aldeias comunais encontravam-se centradas na provincial de Cabo Delgado, seguida de Nampula e Gaza. Ver: Matos; Madeiros (2015).

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

[the] continuities with the unpopular policy of colonial era aldeamentos, the concentrated settlements which served counter-insurgency purposes during the war for independence, and which had been a subject of guerrilla attack (COELHO, 1998, p. 1).

Se por um lado os aldeamentos coloniais foram um esforço para controlar a população rural e evitar contacto entre ela e as forças guerrilheiras da FRELIMO (COELHO, 1998, p. 2), com a política das aldeias comunais a FRELIMO procurava também estabelecer um certo controle (territorial e das populações) para invisibilizar uma possível colaboração das populações dispersas com as forças guerrilheiras da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Não é por acaso que “[...] as aldeias comunais tornaram-se, e mantiveram-se, o principal propósito militar dos ataques da RENAMO” (LOURENÇO, 2010, p. 102).

As narrativas oficiais por detrás das aldeias comunais, também ecoadas nalguns estudos académicos (MATOS; MADEIROS, 2015), promovem a ideia de que esta forma de socialização do campo pretendia reorganizar da melhor forma o espaço residencial e assim planificar melhor a produção agrícola e melhorar a economia e as condições de vida das populações: “O governo da FRELIMO tinha o conhecimento de que só dominando a forma de organização do espaço rural implantaria a sua ideologia e, facilmente implementaria a sua estratégia de desenvolvimento rural” (MATOS; MADEIROS, 2015, p. 44).

Tanto os aldeamentos como as aldeias comunais foram hostis às populações, principalmente camponeses, o que justificava a permanente “fuga” de pessoas “aldeadas” para as antigas terras em busca de liberdade ou alimento, com acompanhamento militar:

[...] a antiga terra constituída enquanto um espaço para a colheita, socialização, culto, casas, currais, árvores e animais foi substituída por um espaço cartesianamente dividida por pauzinhos, cercada de arame e circundada por minas terrestres. Soma-se a isso a falta de segurança uma vez que a comida insuficiente, obrigou os moradores a irem às antigas machambas, sob escolta militar, o que representava um grande risco de ataque (GALLO, 2015, p. 8).

Os novos valores morais impostos nas aldeias comunais atropelaram formas tradicionais de vida e, como é de esperar, nem todos acolheram com satisfação a socialização do campo:

[...] traditional leadership was abolished; lobola (bride wealth) was outlawed; polygamous men were denied entry into the party; ceremonies were banned; religious organizations and institutions were viewed with suspicion; practitioners of ‘sorcery’ could be sent to re-education camps; and efforts were made to move the peasantry from their former scattered hamlets to centralized communal villages, which would become ‘cities in the bush’ (SUMICH; HONWANA, 2007, p. 10).

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

Não há dúvidas que as motivações ideológicas e económicas estiveram por detrás do agrupamento populacional em aldeias comunais. Isso facilitaria a doutrinação revolucionária e possibilitaria o aumento da produção agrícola, embora não se tenha concluído que as machambas Estatais (que foram parte do pacote das aldeias comunais) funcionaram com deficiência, a produção em cooperativa era negligenciável e que a produção camponesa declinou durante esse período (BOWEN, 2000, pp. 45-46). Não é, contudo, menos certo que com a estratégia das aldeias comunais o Estado-partido pretendeu estabelecer melhor controle sobre as populações e assim exercer com relativa facilidade seu poder, cuja legitimidade era amiúde questionado.

Como toda ação coerciva e antidemocrática é caracteristicamente insustentável, os aldeamentos coloniais e as aldeias comunais foram susceptíveis ao fracasso, económica e politicamente. Importa mencionar que os factores conjunturais internos e externos pressionaram a implementação de reformas que beneficiaram o neoliberalismo. As aldeias comunais tiveram de ser deixadas para trás de modo a dar lugar às intervenções do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

OS REASSENTAMENTOS POPULACIONAIS HOJE: CATEME, TETE

Há vários casos de reassentamentos populacionais em Moçambique, na sua maioria para dar “abrigo” a colectivos de famílias camponesas, obrigadas a abandonar suas terras de cultivo e residência para dar lugar a implementação de projetos económicos de extração de recursos ou à prática de agricultura intensiva. Os parágrafos que seguem analisam o campo de reassentamento de *Cateme*, também chamada de via de *Cateme*. *Cateme* abriga 716 família anteriormente habitantes de Moatize, região onde a Vale de Rio Doce explora carvão mineral.

Figura 1 – Bairro Novo – Cateme.



Fonte: Panoramio. Fotógrafo: Pedro007, 01 de abril de 2012.

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

Há vários casos de reassentamentos populacionais em Moçambique, na sua maioria para dar “abrigo” a colectivos de famílias camponesas, obrigadas a abandonar suas terras de cultivo e residência para dar lugar a

implementação de projetos económicos de extração de recursos ou à prática de agricultura intensiva. Os parágrafos que seguem analisam o campo de reassentamento de *Cateme*, também chamada de vila de *Cateme*, que abriga 716 famílias anteriormente habitantes de Moatize, região onde a Vale do Rio Doce explora carvão mineral.

No caso de *Cateme*, a Vale do Rio Doce realizou ela mesma “[...] um programa detalhado de reassentamento das famílias que viviam nas áreas industriais e de lavra [...] seguindo procedimentos e diretrizes estabelecidos pela empresa” (VALE, 2013, p. 1). A Vale e a MACAL Consultoria Agrossocial foram responsáveis no desenho e implementação do *Plano de Segurança Alimentar e Negócio Familiar Rural Sistematizado* na vila de *Cateme* (GOULART, 2016). Vários relatórios denunciando as condições desumanas das famílias encontram-se publicados: Maral (2016), Watch (2013) etc. Concretamente Maral (2016), num artigo recentemente publicado, relevou que

[...] os reassentamentos da Vale em Moatize, em especial a vila de *Cateme* [...] estão entre os campeões em violações de direitos humanos em remoções, de acordo com organizações como a Human Rights Watch (HRW), que em 2013 publicou [um] relatório sobre os reassentamentos das mineradoras estrangeiras em Tete. Falta de água potável, insegurança alimentar, separação de famílias, descumprimento de promessas sobre áreas e qualidade de solo para agricultura, projetos de geração de renda e estrutura das casas oferecidas estão entre os problemas listados pela ONG.

A FIAN Internacional realizou em 2009 uma investigação em Moçambique para apurar os impactos dos projetos de mineração e de agrocombustíveis sobre a população rural local de Tete. A visita de investigação foi conduzida utilizando um enfoque baseado nos direitos humanos, com foco especial na fruição dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente, como, por exemplo, dos direitos à alimentação e à moradia adequadas, e do direito à água. O estudo verificou que as comunidades reassentadas nos campos visitados acabaram estando numa situação pior (FIAN, 2009).

Para além da Vale do Rio Doce, outras companhias têm se ocupado com a tarefa de planificar, implementar e gerir os processos de, principalmente, assentamento de populações rurais em várias regiões de Moçambique. A exploração dos recursos (permitida por lei) implica a retirada das comunidades locais, dependentes dos recursos locais existentes para a sua reprodução social. Mudar significa alterar a relação sociedade/natureza no espaço e a destruição de um passado, sacralizado na identidade que as mesmas reproduziram ao longo do tempo.

O processo de reassentamento muitas vezes vem carregado de promessas que nem sempre são cumpridas nomeadamente: condições de terra fértil para a prática da agricultura, habitações condignas, novas fontes de rendimento e doação de alimentação nos primeiros meses. Isto ressoa como um *deja vú*. O mesmo tipo de promessas (segurança, melhoria de

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

vida, infraestruturas) guiaram os discursos que legitimaram a existência de aldeamentos coloniais e das aldeias comunais.

CONCLUSÃO

Neste artigo procurei demonstrar de forma breve a interligação que existe entre três estratégias estatais de reagrupamento populacional e controle social. É sem dúvida uma discussão que carece de elementos adicionais para proporcionar uma análise mais completa. Seria, contudo, razoável afirmar que os processos de agrupamento populacional, no formato descritos no contexto de Moçambique, confirmam a reafirmação do poder Estatal não só sobre colectivos populacionais (indivíduos) como também na sua relação com o espaço (colonial e pós-colonial). A busca da legitimação do poder Estatal sobre as populações caminha junto com os discursos de desenvolvimento, justiça social, bem estar e segurança, valores cuja responsabilidade de providenciar está, nos dias atuais, repartida entre o Estado e agentes não-estatais. É exemplo disso a intervenção da Vale em *Cateme*. A articulação Estado-Empresas na planificação dos reassentamentos foi repartida: a multinacional tomou conta da gestão logística e o Estado garantiu a implantação de forças militares e repressivos para manter a ordem, prevenir ações subversivas e manter a subjugação com o financiamento da primeira.

REFERÊNCIAS

BALA, M. Theory of Social Justice and Involuntary Resettlement. **Indian Journal of Human Development**, 2 (2), 2008.

BOWEN, M. L. **The state against the peasantry: rural struggles in colonial and postcolonial Mozambique**: University Press of Virginia, 2000.

COELHO, J. P. B. State resettlement policies in post-colonial rural Mozambique: the impact of the communal village programme on Tete province, 1977-1982. **Journal of Southern African Studies**, 24(1), 1998, p. 61-91. <<http://dx.doi.org/10.1080/03057079808708567>>

GALLO, F. **Deslocamentos coloniais em Tete, Moçambique**: cruzando fontes escritas e orais. Paper apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares ds Historiadores: Velhos e Novos Desafios, Florianópolis, 2015.

GARCIA, F. P. **Análise global de uma guerra (Moçambique 1964-1974)**. Tese de Doutorado - PhD., Porto: Universidade Portucalense, 2001.

GOULART, C. **Plano de Segurança Alimentar e Negócio Familiar Rural Sistematizado na Vila Cateme em Moçambique**. 2016. Disponível em <<https://www.changemakers.com/pt-br/economicopportunity/entries/garantia-alimentar>>

HARKINS, B.; DIREKWUT, N.; KAMONPETCH, A. **The Process and Prospects for Resettlement of Displaced Persons on the Thai Myanmar Border**, 2011.

JANOWITZ, M. Sociological Theory and Social Control. **American Journal of Sociology**, 81(1), 1975, p. 82-108.

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

LOURENÇO, V. A. **Moçambique**: Memórias sociais de ontem, dilemas políticos de hoje. 2º. ed., Lisboa: ISCTE-IUL, 2010.

MARAL, M. **A multinacional que veio do Brasil**. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 2016. Disponível em <http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>.

MATOS, E. A. C.; MADEIROS, R. M. V. A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. 11(15), 2015, p. 31-64. <http://dx.doi.org/10.5418/RA2015.1115.0002>

PACHUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

RAWLS, J. A. **Theory of Justice**. New Delhi: Universal Law Publishing Co., 2005.

SANTOS, B. D. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 2007, p. 3-43.

SCOTT, J. C. **Seeing like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. London The New Haven: Yale University Press, 1998.

SUMICH, J.; HONWANA, J. 'Strong Party, Weak State? Frelimo and State Survival Through the Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State-Making', **Working Paper 23**, Crisis States Research Centre, London, 2007.

VALE. Sobre os reassentamentos em Moçambique e o relatório da Human Rights Watch, **Position Paper**. Maputo: V. Moçambique, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. **What is a House without Food? Mozambique's Coal Mining Boom and Resettlements**, 2013. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2013/05/23/what-house-without-food/mozambiques-coal-mining-boom-and-resettlements>.

BOAVENTURA MONJANE

REAGRUPAR PARA CONTROLAR? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE ORGANIZAÇÃO COERCIVA DAS POPULAÇÕES RURAIS EM MOÇAMBIQUE